

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado Chefe da Advocacia-Geral da União, Dr. Luís Inácio Lucena Adams,

Caros colegas servidores do apoio administrativo e Procuradores da Fazenda Nacional,

Ao encerrar este VIII Encontro de Planejamento e Gestão, eu não poderia deixar de expressar o contentamento pelo empenho de cada um dos colegas aqui presentes, que tem se dedicado com extraordinária energia e criatividade para aprimorar nossa instituição.

Temos, de fato, muitos motivos para nos orgulhar do trabalho desta semana.

Apenas para mencionar alguns temas, sem esquecer, é claro, o conjunto das realizações deste encontro, destaco inicialmente a nova portaria do sistema de acompanhamento especial aqui apresentada pela Adjuntoria de Consultoria e Contencioso Tributário. Com ela, passamos a contar com rotinas e práticas para a realização da defesa estratégica nos processos judiciais de especial relevância para a Fazenda Nacional. Não há a menor dúvida de que o interesse público recomenda um tratamento diferenciado e célere para tais casos.

Destaco também a apresentação do plano de trabalho e os resultados das ações prioritárias nacionais do Departamento de Gestão da Dívida Ativa. Tanto o plano, como seus resultados, revelam que estamos no caminho certo e que devemos manter atuação efetiva no acompanhamento dos grandes devedores e na busca de mecanismos que permitam conceder à União e à população brasileira segurança jurídica na cobrança do crédito para a realização da justiça fiscal.

Muito positivo, ainda, foi o encontro das consultorias administrativas capitaneado pela Adjuntoria de Consultoria Administrativa. É por meio do intercâmbio de experiências e do debate sobre os temas recorrentemente trazidos às consultorias que poderemos avançar para a definição das melhores práticas nesse nosso importantíssimo campo de atuação.

Lembro, por fim, o resultado final da pesquisa acerca do clima organizacional da PGFN, realizada entre os servidores do apoio administrativo e promovida pelo Departamento de Gestão Corporativa. Os dados demonstram que o quadro geral indica uma leve tendência positiva, que a percepção dos servidores é favorável às políticas que vêm sendo implantadas, mas indicam também que não podemos descuidar de promover constantemente a qualificação profissional e

pessoal dos nossos servidores, que contribuem de modo significativo para o sucesso da atuação da PGFN.

Feito este pequeno balanço, que não tem de modo algum a pretensão de esgotar as realizações deste encontro, eu gostaria de agradecer a todos os colegas que nos precederam nessa contínua missão de avaliar nossas necessidades, estabelecer prioridades e fixar objetivos e metas, a fim de permitir que a PGFN possa exercer plenamente suas finalidades institucionais.

Meu agradecimento é feito não apenas em razão do cargo que ora ocupo, mas também em caráter pessoal, por ter vivenciado as profundas transformações experimentadas em nossa instituição e na advocacia pública federal como um todo nos últimos anos, e se dirige a todos os colegas que, no exercício de cargos de chefia ou não, contribuíram para o desenvolvimento de nossas práticas e de nossos métodos de governança.

Não é preciso ir muito longe no tempo para constatarmos as grandes mudanças a que me refiro, a começar por nosso quadro. Em 1993, quando ingressei por concurso na carreira, a PGFN contava cerca de 150 procuradores em todo o país. Hoje, após vários concursos, realizados regularmente em intervalos menores, contamos cerca de 2.050 procuradores da Fazenda Nacional.

Seria possível repetir aqui o truísmo de que a quantidade se transforma em qualidade. Mas tal afirmação não seria inteiramente verdadeira. O salto qualitativo na gestão de nossa instituição ocorreu não apenas em razão desse aumento sustentado de nossos quadros, das novas necessidades gerenciais daí decorrentes e da assunção pela PGFN de novas atribuições, mas também, sem a menor sombra de dúvida, da ação inteligente e decidida de todos os dirigentes de nosso órgão.

Dentre eles, não há como deixar de enfatizar o papel central desempenhado por nosso colega, o Ministro Luís Inácio Lucena Adams. Não expresso aqui meu agradecimento apenas em virtude da confiança em mim depositada, primeiramente como sua adjunta e substituta e depois pela indicação ao Ministro da Fazenda, Guido Mantega, para o honroso cargo que ora ocupo, mas em razão do reconhecimento notório de seu sucesso, por todos os que com ele conviveram ou que puderam observar sua gestão na PGFN e, mais recentemente, à frente da AGU.

Como todos sabem, ao assumir o cargo de Procurador-Geral da Fazenda Nacional, o hoje Ministro já havia desempenhado funções de extrema relevância no âmbito da AGU e do Ministério do Planejamento, que o

habilitavam a procurar diagnosticar os grandes entraves à obtenção de maior eficiência no desempenho de nossas atribuições institucionais, na busca de soluções viáveis.

Foi assim que, ao mesmo tempo em que desempenhava as múltiplas funções de Procurador-Geral, voltado à solução das inadiáveis questões do dia a dia, consegui dar destaque especial para o planejamento estratégico e para projetos de longo alcance, com potencial de alterar significativamente o modo como trabalhamos.

Este trabalho teve continuidade na AGU e continuou a produzir efeitos na PGFN, graças a um estilo incansável e paciente, que tem buscado a aproximação institucional de todos os órgãos da advocacia pública federal, com vistas ao seu fortalecimento perante a sociedade brasileira.

E especificamente em relação a esse ponto, sempre compartilhamos o sentimento de que só teremos instituições fortes se a sociedade brasileira as vir como essenciais.

Assim, Ministro Luís Inácio, temos muito a lhe agradecer e, com certeza, sempre lhe reservaremos um lugar de destaque em nossa instituição.

Encerro, deixando a todos os colegas aqui presentes e a seus familiares os melhores votos de um Feliz Natal e de um ano novo repleto de alegrias e realizações.

Obrigada.